

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO N.º 006/2022

INSTRUMENTO: Contrato nº 03/2022, **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Executiva, e a **FSB Estratégia em Comunicação Ltda.**; **OBJETO:** Prestação de Serviços de Comunicação institucional e Assessoria de Imprensa; **VALOR: R\$ 7.911.877,30 (sete milhões novecentos e onze mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta centavos);** **NOTA DE EMPENHO N.º:** 00374, emitida em 04/02/2022; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/93; **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº:** 180/00890/2020; **DATA DA ASSINATURA: 08 de fevereiro de 2022.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Atos do Secretário

Portarias

Port. nº 171/2022 – Prorroga à disposição da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP, para renovação até 31/12/2022, a servidora TAYANA PINTO JORDÃO, Fiscal de Posturas, nível 04, categoria I, matrícula nº 1.244.819-0, referente ao processo nº 130/059/2022.

Port. nº 172/2022 – Readapta por 01(um) ano, o servidor WINNIE DE MELO GUIMARÃES DUARTE, matrícula nº 1235.427-2, ocupante do cargo de Guarda Municipal, classe B, referência II, referente ao processo 20/6151/2021.

Port. nº 173/2022 – Prorroga à disposição da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão – SEPLAG, para renovação até 31/12/2022, o servidor DIOGO DA CUNHA COUTINHO, Agente Fazendário, nível 03, categoria I, matrícula nº 1.244.847-0, referente ao processo nº 190/004/2022.

Despachos do Secretário

Progressão Funcional – Indeferido – 20/318,283, 292/2022

Salário Família – Indeferido – 130/036/2022

Progressão Funcional – Deferido – 20/180, 085, 081/2021, 20/6852/2021

Adicional – Deferido – 20/6283/2021, 20/359, 346, 295, 345/2022

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados, em **R\$ 2.831,91** (Dois mil oitocentos e trinta e um reais e noventa e um centavos), os proventos mensais de **CONCEIÇÃO RODRIGUES CECILIANO**, aposentada no cargo de **AGENTE FAZENDARIO, nível 03, categoria II**, do Quadro Permanente, matrícula nº **1224.793-0**, ficando cancelada a apostila, publicada em **14/09/2018**, em face da diligência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro contida no processo administrativo nº **20/2662/2016**, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo - Lei nº 3.228/2016, publicada em 21/07/2016- incisos I, II,III e o parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 2.139,86

Gratificação de Adicional – 30% - artigo 98 inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 641,96

Parcela de Direito Pessoal – artigo 98 inciso II da Lei nº 531/85, c/c a Lei nº 1.141/92 e o artigo 5º da Lei nº 1.164/93.....R\$ 50,09

Total.....R\$ 2.831,91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2022 – SMA

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, atendendo as exigências do Decreto Municipal nº 14.210/2021, bem como o Decreto Federal nº 8.373/2014, **CONVOCA** os servidores ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, os empregados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, bem como os aposentados e pensionistas desta Municipalidade conforme indicado:

1. DO OBJETO E FINALIDADE DO RECADASTRAMENTO

1.1 Ficam CONVOCADOS, os seguintes servidores, membros dos conselhos municipais, pensionistas judiciais, e contratados temporários, **empossados ou contratados até 15/11/2021, da Administração Direta Municipal, para realizarem o Recadastramento junto a esta Prefeitura, a fim de atualizar a base cadastral, conforme relação abaixo:**

MATRICULA	CPF	NOME	CARGO	LOTAÇÃO
12174100	xxx.905.957-xx	ADILSON FERREIRA DE SOUZA	TRABALHADOR	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
12397184	xxx.644.337-xx	ALAN CARLOS DE OLIVEIRA LEITE	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12277861	xxx.912.277-xx	ALDEMIR CARVALHO DE SOUZA	TRABALHADOR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12355683	xxx.309.547-xx	ALEXANDRE TORRES DE ARAUJO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12419367	xxx.089.757-xx	ALEXSANDR O ALVES DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12437570	xxx.010.567-xx	ALFREDO LUIZ FERREIRA DA SILVA	ENCARREGAD O A	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDAD
12414690	xxx.574.407-xx	ALINE BRAZ DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12145225	xxx.910.797-xx	AMILTON MACHADO PEREIRA	AGENTE ADMINISTRATI VO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
12377604	xxx.366.417-xx	ANA CARMEN	PSICOLOGO	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL



		MOTA PINHEIRO MARINHO		E ECONOMIA SOLIDARIA
12415390	xxx.732.737-xx	ANA CAROLINA DOS SANTOS COUTINHO DAMIAO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12453410	xxx.223.417-xx	ANDRE LUIZ DA CONCEICAO	ASSISTENTE A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12416991	xxx.991.027-xx	ANGELICA FERREIRA MARQUES FREIXO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12458270	xxx.563.747-xx	BERNARDO CASTRO SERRA	ENCARREGAD O A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12453010	xxx.087.777-xx	BIANCA GOMES ARAUJO	ASSESSOR A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12416618	xxx.192.437-xx	BRUNO DE CARVALHO FERREIRA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12458500	xxx.660.337-xx	BRUNO FERNANDES MOREIRA KRUPP	ASSESSOR B	SEC. M. DE MEIO AMB REC H. E SUSTENTABILI
12459250	xxx.615.577-xx	BRUNO MARLON MARTINS DE BARROS BENTO	ASSISTENTE A	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
12352813	xxx.375.067-xx	CARLOS ALBERTO BEZERRA DOS SANTOS	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12277010	xxx.390.967-xx	CARLOS ALBERTO DA CONCEICAO RAMOS	CONTINUO	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12439140	xxx.995.787-xx	CARLOS ALBERTO RODRIGUES	ASSESSOR C	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12421858	xxx.915.017-xx	CARLOS AUGUSTO DE SANT ANNA	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12437660	xxx.789.157-xx	CAROLINE CHARRET GARCIA	ENCARREGAD O A	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDAD
12350791	xxx.249.947-xx	CLAUDIA MARLI BARROS ARAUJO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12391700	xxx.029.147-xx	CLAUDIA RODRIGUES SILVA DA CUNHA	AUXILIAR ADMINISTRATI VO	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12352664	xxx.965.507-xx	CLAUDIO DE OLIVEIRA ARCANJO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12360881	xxx.423.177-xx	CLAUDIO MIRANDA SOARES DA ROCHA	AGENTE DE TRANSITO	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDAD
12395883	xxx.657.697-xx	CLEBIO ALVES DE OLIVEIRA	PENSIONISTA JUDICIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
12459260	xxx.075.387-xx	CRISTIANO URBSCHT DA ROCHA	ASSESSOR A	SEC. M. DE MEIO AMB REC H. E SUSTENTABILI
12364990	xxx.208.887-xx	CRISTINA FERREIRA DAS NEVES	AGENTE DE TRANSITO	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDAD
12351229	xxx.696.567-xx	DAGNO RAMOS DE MACEDO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12447760	xxx.524.187-xx	DANIELLE ANCHIETA SEGHIR CARIELLO	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12355469	xxx.194.727-xx	DANILO DE JESUS EUFRASIO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA

12444410	xxx.008.407-xx	DAYANE ANDRADE DA SILVA BOURGUIGNON	ASSESSOR B	SEC. M. DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
12380772	xxx.971.617-xx	DIANNE ARRAIS CORTES	ASSISTENTE SOCIAL	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12455690	xxx.197.657-xx	DIEGO COSTA RODRIGUES	ASSESSOR B	SEC. M. DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
12448090	xxx.202.067-xx	EDSON BRITO DE LIMA	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12267284	xxx.195.717-xx	ELISIO DE ASSIS	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12277770	xxx.126.937-xx	ELIMAR VIANA	TRABALHADOR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12364321	xxx.127.347-xx	ELIO RICARDO DE SOUZA	AGENTE DE TRANSITO	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDADE
12454700	xxx.309.367-xx	ELISANGELA DE CARVALHO FERNANDES REIS	ASSISTENTE B	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12459510	xxx.223.577-xx	ELISIO DE SOUSA COELHO	ENCARREGADO A	SEC. MUN. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
12380038	xxx.872.947-xx	EMILIA MORAIS SILVA	CUIDADOR SOCIAL	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12447790	xxx.933.937-xx	ERIK LUIS GONCALES SANT ANNA	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12458450	xxx.396.397-xx	ERMANO TORRES SANTIAGO	MEMBRO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTE S	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
12380798	xxx.687.427-xx	EVELYN DA SILVA BARROSO	ASSISTENTE SOCIAL	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12456300	xxx.297.217-xx	FABIANI PORTO LAGOAS	ASSESSOR B	SEC. M. DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
12379337	xxx.456.697-xx	FABIANO DA SILVA LEITE	MOTORISTA	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12352847	xxx.508.497-xx	FABIO ANTUNES SANT ANNA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12429230	xxx.281.157-xx	FABIO MAGALHAES DA SILVA	ASSISTENTE B	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12458360	xxx.009.517-xx	FABIO MURILLO DA SILVA ANTUNES	ASSESSOR A	SEC. M. DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
12456470	xxx.928.167-xx	FERNANDA CLEO DA COSTA FREITAS	ASSESSOR C	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12459490	xxx.438.617-xx	FERNANDA DE MELLO NASCIMENTO	ASSESSOR A	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO
12446410	xxx.969.697-xx	FILIFE DA SILVA SILVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12459430	xxx.886.967-xx	GABRIELA CORREIA BATISTA	ASSESSOR C	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
12443710	xxx.588.827-xx	GILMAR DE CARVALHO MACHADO	PSICOLOGO	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12437750	xxx.764.587-xx	GUILHERME DE MAYRINCK PEIXOTO	ASSESSOR A	SEC. M. DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
12442240	xxx.777.687-xx	HELTON DA SILVA	ASSISTENTE A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL

		LUCIANO		E ECONOMIA SOLIDARIA
12452420	xxx.618.547-xx	HUGO LEONARDO MONTEIRO DE OLIVEIRA	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12261816	xxx.915.287-xx	JAMIL JACOB SILVEIRA	PROCURADOR DE PRIMEIRA CLASSE	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
12459570	xxx.423.047-xx	JEFFERSON LUIZ DA SILVA	ASSISTENTE A	SEC. MUN. CONSERVACAO E SERVICOS PUBLICOS
12278182	xxx.879.167-xx	JOAO FERREIRA DOS REIS	TRABALHADOR	ADMINISTRACAO REGIONAL DO INGA
12421377	xxx.290.247-xx	JOAO PEDRO LEAO VELLOSO PEREIRA SILVEIRA	ASSISTENTE A	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
12434240	xxx.629.727-xx	JOCILENE BERNARDES BANDEIRA CERQUEIRA	ASSESSOR A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12366508	xxx.851.797-xx	JOEL MARCELO DE LIMA LOPES	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12459470	xxx.798.527-xx	JOLISSON VINICIUS PAULINO DE OLIVEIRA	CHEFE DE SERVIÇO	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
12369478	xxx.641.767-xx	JOMAGNO FILGUEIRAS VELOSO	AGENTE DE TRANSITO	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDADE
12300044	xxx.872.457-xx	JORGE DA COSTA FAGUNDES	TRABALHADOR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12277184	xxx.860.017-xx	JOSE ANTONIO FILHO	TRABALHADOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
12244226	xxx.451.377-xx	JOSE CARLOS MACHADO FERNANDES	TRABALHADOR	SEC. MUN. CONSERVACAO E SERVICOS PUBLICOS
12242378	xxx.603.207-xx	JOSE LUIZ DA CRUZ RIBEIRO	TRABALHADOR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12414164	xxx.819.027-xx	JOSE PAULO BRAZ PEREIRA	FISCAL DO MEIO AMBIENTE	SEC. M. DE MEIO AMB REC H. E SUSTENTABIL
12459310	xxx.093.767-xx	JOSE PAULO DIAS PINTO	ASSESSOR C	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12261238	xxx.827.707-xx	JULIO CESAR DE ABREU	AUXILIAR ADMINISTRATI VO	ADMINISTRACAO REGIONAL DO INGA
12414577	xxx.853.867-xx	JUREMA SARAIVA FRANCA	PENSIONISTA JUDICIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
12340537	xxx.950.007-xx	LAFAIETE JOSE DA COSTA	ASSISTENTE B	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12290179	xxx.959.217-xx	LAURO CERNICCHIA RO	PROFESSOR	SEC. MUN. DE EDUCACAO
12355766	xxx.812.358-xx	LEANDRO APARECIDO DOS SANTOS MATHEUS	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12447510	xxx.521.757-xx	LEANDRO DA SILVA	ASSISTENTE B	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12453400	xxx.494.437-xx	LEANDRO SILVA VILLAS BOAS	ASSESSOR C	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12375582	xxx.748.147-xx	LEILA ADRIANA VINCULA ALVES	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12380020	xxx.084.837-xx	LEILA ROSE DOS SANTOS CARDOSO	CUIDADOR SOCIAL	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA

12415017	xxx.620.682-xx	LEONARDO MENDES DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12436010	xxx.783.817-xx	LIA CRISTINA SILVA DE SA	ASSESSOR B	SEC. MUN. DE EDUCACAO
12440830	xxx.657.267-xx	LUANDA FERREIRA GAMA	PENSIONISTA JUDICIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
12455790	xxx.985.687-xx	LUCAS VIEIRA BRANDAO WERNECK	ASSISTENTE A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12368827	xxx.586.016-xx	LUCIANA FERNANDES CORTES PIRES	FISCAL DE SISTEMA VIARIO	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDADE
12351195	xxx.817.317-xx	LUCIANO DOS SANTOS AVELAR	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12391560	xxx.758.227-xx	LUCIENE DA SILVA NASCIMENT O MOREIRA	CUIDADOR SOCIAL	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12234763	xxx.417.527-xx	LUIZ CARLOS DE REZENDE	TRABALHADOR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12344690	xxx.471.857-xx	LUIZ CESAR NASCIMENT O DOS ANJOS	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12378602	xxx.269.907-xx	LUIZ CLAUDIO CARVALHO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12355584	xxx.027.327-xx	LUIZ PAULO MIRANDA DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL, CLASSE B	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12424940	xxx.477.367-xx	LUIZ VINICIUS ALVES DE SOUSA	GUARDA MUNICIPAL, CLASSE C	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12242337	xxx.451.127-xx	MANOEL FIDELIS DA SILVA FILHO	TRABALHADOR	SEC. MUN. CONSERVACAO E SERVICOS PUBLICOS
12247625	xxx.647.297-xx	MARCO ANTONIO FERREIRA PEREIRA	PINTOR DE VIATURAS	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDADE
12378461	xxx.319.017-xx	MARILENE DE CARVALHO LOUREDO	ASSISTENTE SOCIAL	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12355824	xxx.678.967-xx	MATHIAS ALVES COUTINHO JUNIOR	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12350785	xxx.870.607-xx	MAURICIO CARVALHO DE CASTRO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12352177	xxx.577.847-xx	MICHAEL WILLY GONCALVES DE MAN	FISCAL DE SISTEMA VIARIO	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDADE
12391410	xxx.404.937-xx	MONICA MIZIARA	PSICOLOGO	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12450480	xxx.243.637-xx	NATHALIA FERNANDES PEREIRA	ASSESSOR B	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12459190	xxx.480.957-xx	NATHALYA CARVALHO NANI	ENCARREGAD O A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12459500	xxx.975.747-xx	NICKOLAS SOBRAL DE ABREU	ASSESSOR C	SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS
12379244	xxx.406.537-xx	PAULINO GONCALVES MOREIRA LEITE FILHO	MEMBRO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTE S	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
12447850	xxx.035.247-xx	PAULO AFFONSO DE OLIVEIRA	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12148447	xxx.853.107-xx	PAULO CESAR DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATI VO	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA

				SOLIDARIA
12295830	xxx.326.357-xx	PAULO ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12447830	xxx.821.937-xx	PAULO ROBERTO GONZALEZ FERRE NASCIMENTO	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12459090	xxx.124.967-xx	RAFAEL FAUSTINO JUNIOR	ASSESSOR C	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12352607	xxx.820.957-xx	RAYMAR MARINS JOSE	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12455360	xxx.249.967-xx	REINALDO DE CASTRO AVILA	ASSESSOR B	SEC. M. DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
12447380	xxx.062.567-xx	RENATA LOPES DAVID	ASSISTENTE SOCIAL	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12350965	xxx.039.847-xx	RINALDO MENDES DE OLIVEIRA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12429930	xxx.769.377-xx	ROBERTA GARCIA BOTO	ASSESSOR C	SECRETARIA EXECUTIVA
12361665	xxx.604.087-xx	ROBERTO CORREA DE LIMA	AGENTE DE TRANSITO	SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E MOBILIDADE
12277994	xxx.734.497-xx	ROBERTO JARDIM MORCANAS	TRABALHADOR	ADM. REG. DO PONTO CEM REIS E ADJACENCIA
12342219	xxx.474.376-xx	ROBERTO PEDREIRA FERREIRA CURI	MEMBRO M. CONS. RECURSOS ADMIN	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
12415178	xxx.061.737-xx	ROGERIO BELLO DOS SANTOS	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12293124	xxx.970.987-xx	ROGERIO GUALTER PINTO	GARI	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12441280	xxx.949.151-xx	RONALDO NUNES DO ROSARIO	ASSESSOR C	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12416588	xxx.843.137-xx	RUBEM GONCALVES VIEIRA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12331225	xxx.266.957-xx	RUDINEA MARQUES GREMION	PENSIONISTA JUDICIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
12354751	xxx.718.387-xx	SERGIO FRANCISCO DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12415291	xxx.562.687-xx	SERGIO SOARES DE SOUZA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12379807	xxx.991.897-xx	SONIA MARIA DA SILVA	PENSIONISTA JUDICIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
12268498	xxx.251.227-xx	SUELI CORDEIRO DOS SANTOS	RECEPCIONISTA	ADM. REG. DO PONTO CEM REIS E ADJACENCIA
12419138	xxx.390.037-xx	SUELLEN CRISTINA SALES PEREIRA DE SOUSA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12375427	xxx.506.091-xx	TEREZINHA RODRIGUES DE ALMEIDA	PENSIONISTA JUDICIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
12416793	xxx.944.497-xx	THIAGO DOS SANTOS LEAL	GEOGRAFO	SEC. M. DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
12414737	xxx.507.727-xx	THIAGO HOSANA FREIRE	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12282565	xxx.195.397-xx	THOME LUIZ DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
12415437	xxx.530.967-xx	TIAGO BRAGA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA

		MACEDO		
12419596	xxx.017.907-xx	TIAGO GOMES FLORES COUTINHO	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12447880	xxx.436.497-xx	TOMIRES PIMENTEL BARBOSA	MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12413242	xxx.156.387-xx	UILIAN DE MORAIS FERREIRA	ENCARREGAD O A	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12425200	xxx.146.637-xx	VALDENI SANTOS DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12456890	xxx.115.607-xx	VALERIA DE SOUZA XAVIER RIBEIRO DE ALMEIDA	ASSESSOR C	SEC. M. DE MEIO AMB REC H. E SUSTENTABILI
12276582	xxx.737.507-xx	VILSON GOMES	TRABALHADOR	COMPANHIA DE LIMPEZA URBANA DE NITEROI
12414867	xxx.372.637-xx	WALLACE MAGALHAES FREITAS	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12435730	xxx.941.597-xx	WALTER DE ANDRADE	CHEFE DE SERVIÇO	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
12444750	xxx.566.597-xx	WELINGTON GOMES DA SILVA	ASSISTENTE B	SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA
12455760	xxx.399.647-xx	WILLIAM SALES CANDIDO DA SILVA	ASSESSOR C	SEC. M. DE MEIO AMB REC H. E SUSTENTABILI
12425380	xxx.566.107-xx	WILSON BARBOZA DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ORDEM PUBLICA
12246387	xxx.056.687-xx	WILSON PIRES TEIXEIRA	AGENTE FAZENDARIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1.2. Ficam CONVOCADOS igualmente, os servidores ativos das Autarquias e Fundações, os empregados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista empossados ou contratados até 15/11/2021, bem como os aposentados e pensionistas desta Municipalidade, para realizarem o Recadastramento junto a esta Prefeitura, a fim de atualizar a base cadastral.

2. DO LOCAL E DATA DO RECADASTRAMENTO

2.1O Recadastramento será realizado através do endereço eletrônico: <https://atendimento.niteroi.rj.gov.br/home>, ou mediante comparecimento no posto de atendimento situado a Rua Visconde de Sepetiba, 987 – 9º andar, Centro, Niterói, até o prazo final de 11 de fevereiro de 2022.

3. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS

- RG;
- CPF;
- CERTIDÃO DE CASAMENTO/UNIÃO ESTAVEL (CÔNJUGE);
- RNE (DOCUMENTO IDENTIFICAÇÃO DE ESTRANGEIROS);
- CERTIDÃO DE NASCIMENTO (FILHOS) OU TERMO DE CURATELA ;
- OC (REGISTRO PROFISSIONAL DE ÓRGÃO DE CLASSE);
- CERTIFICADO DE RESERVISTA (SOMENTO SEXO MASCULINO);
- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DE 90 DIAS);
- TÍTULO DE ELEITOR;
- COMPROVANTE VACINA COVID-19;
- COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (NÍVEL SUPERIOR/PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO/DOCTORADO/PÓS-DOCTORADO);
- PIS/PASEP;
- CNH (CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO);
- CPF DOS DEPENDENTES (CÔNJUGE OU FILHOS)

4.DO RECADASTRAMENTO

4.1. Os servidores ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, os empregados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista empossados ou contratados até 15/11/2021, bem como os aposentados e pensionistas desta Municipalidade, deverão realizar o Recadastramento através do endereço eletrônico: <https://atendimento.niteroi.rj.gov.br/home>, ou comparecer no posto de atendimento, situado a Rua Visconde de Sepetiba, 987 – 9º andar, Centro, Niterói, conforme indicado no item 2.1, munidos dos documentos descritos no item 3 do presente edital.

4.2. No ato do Recadastramento o sistema gera automaticamente um número de atendimento, comprovando a realização do recadastramento.

5.DA OBRIGATORIEDADE

5.1. O recadastramento é de caráter obrigatório para todos os referenciados no item 1 (1.1 e 1.2) do presente edital.

6.DAS SANÇÕES

6.1. A não realização do recadastramento até o prazo final de 11/02/2022, implicará em sanções na forma da Lei.

7.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O recadastrado será responsabilizado pessoalmente pela exatidão das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta ou inverídica.



7.2. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Administração junto ao Chefe do Executivo desta Prefeitura Municipal.

7.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

EXTRATO Nº 006/2022

INSTRUMENTO: Primeiro aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio nº. 010/2021; **PARTE:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e o estudante RENATA CHIANELLI MONTEIRO REBELLO tendo como interveniente a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ; **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade; **PRAZO:** Seis (06) meses, com início da vigência em 01/05/2021 e término em 31/10/2021; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 4.735,20 (Quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), referente a bolsa auxílio de R\$600,00 (seiscentos reais) e o valor estimado de auxílio transporte; **VERBA:** No Código de Despesa nº 3390.36.00, Programa de Trabalho nº 2201.041220145.6274, Fonte 1.38; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 11.788/08, Decreto Municipal nº10901/2011 e Portaria SMU nº 020/2013, despacho autorizativo da Secretaria de Urbanismo no processo nº 080/003205/2012; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de Fevereiro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E GEOTECNIA

CHAMAMENTO

A Comissão Especial de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 – SMDCG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a não renovação do contrato da candidata Erika Damazio da Silva, e o não comparecimento da 9ª colocada, Joana de Oliveira Ramalho, publicado no Diário Oficial de 02/02/2022, convoca a 11ª colocada Giovanna Tristão Rodrigues da Cunha para contratação. A candidata deverá se apresentar à sede da SMDCG, localizada na Rua Coronel Gomes Machado, nº 258 no prazo de 2 dias, em horário comercial.

CHAMAMENTO

A Comissão Especial de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 – SMDCG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a rescisão do contrato, por solicitação, da candidata Lucélia Granja de Mello, e o não comparecimento da 8ª colocada Analice Ramos Pereira Gomes, publicado no Diário Oficial de 02/02/2022 convoca a 10ª colocada Thais Belloti Loureiro para contratação. A candidata deverá se apresentar à sede da SMDCG, localizada na Rua Coronel Gomes Machado, nº 258 no prazo de 2 dias, em horário comercial.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Ato do Secretário

PORTARIA SEOP n.º007/2022, de 08 de fevereiro de 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução do acordo de cooperação técnica firmado pela Secretaria Municipal de Ordem Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

RESOLVE:

Designar o servidor, MAURÍCIO SANTOS DE MORAES, Subsecretário do Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM, Matrícula 1242.477-0, para atuar como gestor de acordo de cooperação, bem como o servidor LUCIANO DOS SANTOS AVELAR, Coordenador da Guarda Civil Municipal, Matrícula 1235.119-5, para atuar como fiscal responsável pelo acompanhamento, execução e fiscalização do termo de Cooperação Técnica nº 002/2022, firmado com INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA – ISP/RJ – Processo nº SEI-160219/000124/2020

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

CORREGEDORIA GERAL

PORTARIA Nº 008/2022

O Corregedor da Guarda Civil Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições, instaura **Comissão Processante** para apurar os fatos descritos no PROCESSO Nº 130001952/2021, em desfavor do servidor da Guarda Civil Municipal THIAGO BRAGA MACEDO, matrícula nº 1241.543-7, conforme o descrito no Processo em epígrafe por em tese ter violado os dispositivos legais descritos no artigo 123, XIV, da Lei municipal nº 2838/2011. Designando a comissão, composta pelos servidores JOÃO JOSÉ ALVES NETTO, matrícula 1218.313-5, **presidente**; JORGE LUIZ DE SOUZA SAMPAIO, matrícula 1235.126-0; LUIZ CARLOS DE SOUZA, matrícula 1241.495-9; CLAUDIA MARLI BARROS ARAÚJO, matrícula 1235.079-1 e ROGÉRIO DE MENDONÇA SOARES, matrícula 1241.720-2, mantendo-se o prazo original para emissão do Parecer Conclusivo

Departamento de Fiscalização de Posturas

Processo: 130/002689/2021- SEGATEL CAFETERIA LTDA- Com base nas informações e legislações pertinentes, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de impugnação, mantendo o Auto de Infração nº 4940. Dispondo o Requerente de 30 (trinta) dias pra interpor Recurso em Segunda Instância.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 02 FEVEREIRO DE 2022.

Consolida e atualiza as normas que disciplinam o Programa de Residência Jurídica da Procuradoria Geral do Município de Niterói e dá outras providências.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,

Considerando a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 069/2018 firmado com a Universidade Federal Fluminense – UFF visando à unificação dos Programas de Residência jurídica da UFF e da PGM;

Considerando a necessidade de aprimoramento do Programa, a fim de que se coadune com os objetivos de uma pós-graduação;

Considerando a experiência já obtida ao longo dos últimos anos, que nos permitiu avançar na parte da docência;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a presente Resolução, que passa a prever novo Regulamento para o Programa da Residência da PGM, revogando a Resolução PGM nº 14, de 08 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

Capítulo I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º Ficam consolidadas, nos termos desse Regulamento, as regras do Programa de Residência Jurídica da Procuradoria Geral do Município de Niterói, custeado exclusivamente pelas receitas provenientes do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói – FEPGM-Nit, criado pela Lei nº 3.047/2013.

Art. 2º O Programa de Residência Jurídica da Procuradoria Geral do Município de Niterói objetiva proporcionar a Bacharéis em Direito o conhecimento da advocacia pública, sobretudo no âmbito municipal.

Art. 3º A residência jurídica, abrangendo atividades de ensino, pesquisa e extensão geridas pela Procuradoria Geral do Município, não cria vínculo empregatício entre o aluno-residente e a Administração Pública.

Capítulo II - DA ADMISSÃO

Art. 4º Os residentes serão admitidos mediante processo público de seleção, que consistirá na realização de Provas Discursivas.

Parágrafo único. A Prova Discursiva versará sobre as matérias de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil/Processual Civil e Direito Tributário.

Art. 5º O processo seletivo será regido por edital publicado no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município e no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Município (<http://www.pgm.niteroi.rj.gov.br/>), no qual constarão o número de vagas oferecidas e o conteúdo programático das disciplinas avaliadas.

Parágrafo único. A Banca responsável pelo processo seletivo será designada por resolução do Centro de Estudos Jurídicos, preferencialmente publicada juntamente com o edital, conforme critérios objetivos previamente definidos.

Capítulo III

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS E DOS DIREITOS DOS ALUNOS-RESIDENTES

Art. 6º Os residentes jurídicos receberão orientações teóricas e práticas sobre o exercício da advocacia pública, exercendo atividades de apoio aos Procuradores do Município, tais como pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, preparando minutas de petições, ofícios, relatórios, boletins e outras peças, bem como analisando minutas de editais e contratos.

Parágrafo único. Os residentes serão designados, conforme disponibilidade de vagas, para exercer as suas atividades práticas nas Especializadas da Procuradoria Geral do Município ou nas Assessorias Jurídicas da Administração Pública chefiadas por Procuradores do Município, sempre sob a supervisão de um Procurador.

Art. 7º Os residentes não poderão exercer as atividades privativas dos Procuradores do Município.

Parágrafo único. Os residentes não poderão firmar assinatura, nem mesmo em conjunto com os Procuradores, em petições ou pareceres de competência privativa dos Procuradores do Município.

Art. 8º Cada residente deverá cumprir carga horária semanal de 25 (vinte e cinco) horas, sendo 5(cinco) horas de atividades teóricas e 20 (vinte) horas de atividades práticas.

§1º As atividades teóricas serão ministradas em módulos previamente definidos pelo CEJUR, com a presença obrigatória dos alunos-residentes nos termos do regulamento do programa, bem como através de disciplinas específicas ministradas de acordo de cooperação técnica celebrado com a Universidade Federal Fluminense – UFF.

§2º Os horários para desempenho das atividades práticas serão definidos pelo Procurador do Município supervisor e comunicados ao Gabinete da Procuradoria Geral do Município, para acompanhamento.

Art. 9º O residente receberá uma bolsa-auxílio mensal que será fixada em resolução específica a ser expedida pelo Procurador Geral, sem qualquer outro auxílio financeiro.

§1º Os dias de falta não justificada, tanto às atividades práticas quanto às teóricas, serão descontados proporcionalmente no valor da bolsa-auxílio.

§2º Em caso de extinção do Programa, os residentes receberão a bolsa-auxílio em valor proporcional até a data fixada pelo Procurador Geral do Município para o encerramento das atividades, sendo, então, desligados.

Art. 10 Cada residente poderá permanecer no Programa pelo período máximo de 2 (dois) anos e meio contados da data de assinatura do contrato junto à Procuradoria do Município, após a convocação, ressalvadas situações excepcionais em que, por necessidade pública, o Procurador-Geral opte por prorrogar esse prazo por mais 6 (seis) meses.

§1º Para obter o Certificado de Conclusão da Residência Jurídica emitido pela Procuradoria Geral do Município e o Diploma de Pós-Graduação em Residência Jurídica emitido pela Universidade Federal Fluminense – UFF, o residente deverá permanecer no Programa por pelo menos 2 anos, a fim de concluir todo o conteúdo programático teórico e prático estipulado, devendo também defender monografia aprovada em banca composta segundo regulamentação da universidade.

§2º O contrato do residente com a Procuradoria será assinado pelo prazo de 2 (dois) anos e meio, sendo possível a sua rescisão voluntária a qualquer tempo a pedido do residente, ficando condicionada a conclusão do programa à permanência do residente por pelo menos 2(dois) anos, conforme parágrafo anterior.

Art. 11 O período de exercício do residente no Programa de que trata este Regulamento será considerado como prática jurídica, para fins de comprovação de tal requisito nos concursos públicos de provas e títulos para os cargos de Procurador do Município de Niterói.

Art. 12 Não será permitido o reingresso de ex-residente em novo concurso posterior.

Art. 13 Ao residente jurídico que houver exercido o programa de residência por prazo igual ou superior a 1 (um) ano será assegurado período de recesso, remunerado, de 30 (trinta) dias.

§1º Os dias de recesso de que trata este artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos em que o residente permanecer no programa por período inferior a 1 (um) ano, respeitada a carência mínima de 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro recesso.

§2º Depois de concluídos 2 (dois) anos no Programa, caso o residente permaneça no programa pelos 6 (seis) meses restantes, terá direito a uma concessão adicional de 30 (trinta) dias de recesso, que deverá ser, peremptoriamente, gozado até o último dia do prazo contratual, sob pena de preclusão do direito.

§3º Não será devida indenização por recesso não gozado, quando não houver solicitação pelo Residente Jurídico dentro da vigência do contrato, inclusive nos casos de desligamento do programa por ausência de desempenho ou pelo cometimento de falta grave.

§4º Durante o período de recesso, o aluno-residente estará dispensado das atividades práticas e estudos dirigidos, permanecendo a obrigatoriedade de comparecimento às aulas curriculares.

§5º O Centro de Estudos Jurídicos poderá permitir a gravação das aulas curriculares, a fim de que sejam disponibilizadas posteriormente aos alunos, caso em que poderão ser abonadas as faltas dos residentes que estiverem em recesso, desde que comprovada, de alguma forma, a visualização das aulas em momento posterior, e não ultrapassada a porcentagem de 50% na forma gravada.

Art. 14 Somente após completar, no mínimo, 4 (quatro) meses na Especializada ou no órgão de Assessoria Jurídica ao qual esteja vinculado, o residente poderá requerer sua mudança para outro órgão de atuação.

§1º O requerimento de que trata o *caput* deverá ser destinado diretamente ao Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR e seu atendimento ficará condicionado à existência de vaga no órgão de destino, com a prévia ciência do procurador supervisor e/ou Procurador Responsável pela lotação.

§2º A realocação do residente somente poderá ser indeferida por decisão devidamente fundamentada, garantindo ao residente o exercício do contraditório e ampla defesa.

§3º Os pedidos de realocação de residentes serão deferidos por ordem cronológica da solicitação, observada a carência a que se refere o parágrafo anterior, ressalvada a possibilidade de realocação extraordinária a bem do interesse público por decisão do Procurador Geral do Município, após parecer prévio do Coordenador do CEJUR.

Art. 15 O Chefe da Especializada poderá, a qualquer tempo, solicitar ao Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR a realocação do residente, desde que justificadamente.

§1º A realocação do residente dependerá de vaga em outro setor e de cadastro de reserva que permita a convocação de novo residente para suprir a vaga no setor de origem, dispensado o segundo requisito caso haja renúncia expressa pelo Chefe da Especializada de origem.

§2º É permitido realizar a permuta entre residentes de diferentes Especializadas, desde que haja consenso entre as Chefias, o que deverá ser submetido ao CEJUR para homologação e controle.

Art. 16 A Procuradoria Geral do Município de Niterói, poderá, no uso de seu juízo de conveniência e oportunidade, suspender o contrato de residência jurídica:

I - por fato a ela relativo, nomeadamente reorganização dos serviços, durante um período não superior a dois meses;

II - por fato extraordinário relativo ao residente, a exemplo de doença, maternidade, paternidade ou adoção, durante período não superior a seis meses;

III - a pedido do residente, observada a carência mínima de 4 (quatro) meses a contar do início do Programa, desde que justificadamente e autorizado pelo Procurador-Chefe ao qual se vincula, durante período não superior a seis meses.

§1º O período de suspensão não integra o cômputo total de duração do Programa de Residência Jurídica e nem poderá ser computado para fins de prática jurídica.

§2º A carência e o prazo máximo de suspensão poderão ser flexibilizados por decisão fundamentada do Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos.

§3º Durante o período de suspensão do contrato de residência, será suspenso o pagamento da bolsa-auxílio de que trata o art. 9º, ressalvada a hipótese de suspensão em razão de licença-maternidade, na qual será devida integralmente a bolsa auxílio, condicionada ao compromisso do residente de conclusão do programa.

§4º No dia imediato à cessação da suspensão do contrato, deve o residente apresentar-se à Procuradoria Geral do Município de Niterói para ser incluído em lista de espera para o retorno à atividade quando do surgimento de nova vaga.

§5º O não comparecimento desmotivado do residente, quando cessada a suspensão do contrato nos termos do §4º desse artigo, implicará seu desligamento automático do Programa de Residência Jurídica.

§6º Os residentes que estiverem na lista de suspensão terão preferência sobre os candidatos aprovados ainda não convocados ao exercício do Programa de Residência Jurídica.

§7º A lista a que se refere o §4º desse artigo obedecerá, para a convocação, a ordem de cessação da suspensão.

§8º Ao apresentar pedido de suspensão, o residente jurídico assinará um Termo de Suspensão no qual aceita que o seu retorno ao Programa de Residência Jurídica ficará condicionado ao surgimento de nova vaga no referido Programa.

§9º Caso já se encontre matriculado em alguma turma da Pós-Graduação em Residência Jurídica, franqueado pela UFF em cooperação com a PGM, o residente deverá solicitar o trancamento da sua matrícula junto à UFF, a fim de que lhe seja franqueado postergar seu prazo de apresentação do TCC para no mínimo 6 (seis) meses após o seu retorno, condicionado o diploma à conclusão dos 2 (dois) anos do programa de residência e da conclusão da carga horária obrigatória para as atividades teóricas, sendo vedada a repetição de módulos já assistidos para fins de contagem de horas.

Art. 17 Ficam conferidas ao Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR as competências atinentes à análise dos pedidos de recesso remunerado e ao juízo relativo à suspensão do contrato de Residência Jurídica.

Capítulo IV - DO CONVÊNIO COM A UFF

Art. 18 Enquanto a Procuradoria do Município mantiver convênio com a Universidade Federal Fluminense – UFF, será garantido aos residentes que permaneçam por pelo menos 2 (dois) anos no Programa de Residência da PGM a obtenção de diploma de Pós-Graduação em Residência Jurídica junto à UFF, desde que cumpridos os requisitos previstos no Plano de Trabalho firmado entre as entidades.

§1º Dentre os requisitos do Plano de Trabalho, destacam-se o cumprimento de carga horária total de 2.400 horas, aí incluídas:

- 1.600 horas de atividades práticas;
- 30 horas de Metodologia de Pesquisa Jurídica, ministrada diretamente pela UFF;
- 620 horas de Atividades de Pesquisa, aí incluídos os Estudos Dirigidos;
- 60 horas de disciplinas de Direito Material;
- 90 horas de disciplinas de Direito Processual;
- Apresentação da Monografia, sob a orientação de um professor credenciado no sistema da UFF (SISPOS).

§2º Independentemente do cumprimento da carga horária mínima para as disciplinas de Direito Material e Processual, o residente deverá assistir obrigatoriamente às

aulas ministradas até que complete a grade curricular do programa, o que preferencialmente será feito dentro do período de 2 (dois) anos de residência.

§3º Em caso de permanência no programa pelo prazo total de 2 anos e 6 meses, fica facultada a presença do residente nas aulas teóricas nos últimos 6 (seis) meses, desde que já tenha completado todas as disciplinas da grade curricular do programa, hipótese em que o período restante poderá ficar reservado à elaboração da monografia.

§3º O residente deverá observar os prazos divulgados pela UFF para matrícula no Programa de Pós-Graduação UFF/PGMN, para seleção de professor orientador e para apresentação da monografia.

§4º Periodicamente, será facultado aos residentes da PGM a inscrição em nova turma do Programa de Pós-Graduação UFF/PGMN, sendo necessária a submissão formal para a obtenção do título, não bastando para tanto a aprovação no concurso e posse como residente da PGM.

Capítulo V - DAS ATIVIDADES TEÓRICAS

Art. 19 As atividades teóricas compreenderão:

I - aulas semanais ministradas na Procuradoria Geral do Município;

II - estudos dirigidos semanais, realizados sob a supervisão de Procurador do Município;

III - congressos e palestras externas canceladas pela Procuradoria Geral do Município;

IV - elaboração de relatórios das atividades descritas anteriormente, sob a supervisão e chancela de Procurador do Município.

Art. 20 As aulas semanais serão ministradas em módulos previamente definidos e divulgados pelo CEJUR, com a presença obrigatória dos alunos-residentes, e ocorrerão na Procuradoria Geral do Município, preferencialmente às sextas-feiras, no horário de 14h às 17h e, caso não seja possível, em aulas substitutas realizadas às quartas-feiras, no mesmo horário.

§1º A critério do CEJUR, as aulas poderão ser ministradas presencialmente ou *online*, por plataforma que permita a interação ao vivo entre os alunos e professores, dando-se preferência às aulas *online* em períodos de pandemia ou ameaça à saúde pública.

§2º Em caso de aula *online*, os residentes deverão deixar a câmera preferencialmente ligada.

§3º Não serão computadas, para efeito de desconto na bolsa-auxílio, as ausências às atividades remarcadas em período diferente ao que se refere o *caput*, nem as ausências às atividades ministradas diretamente pela Universidade Federal Fluminense – UFF para cumprimento dos requisitos mínimos do Programa de Pós-graduação, prevalecendo, porém, o cômputo para a frequência mínima exigida.

§4º Em caso de remarcação de aula com menos de 2 (dois) dias de antecedência, a falta do residente será abonada para fins de frequência mínima exigida.

Art. 21 A grade curricular deverá ser previamente definida pelo CEJUR, de modo a contemplar as disciplinas e os tópicos mais relevantes no âmbito da Advocacia Pública, devendo os módulos ser oferecidos de forma cíclica, a fim de que o residente que ingressou em determinado mês e ano não tenha que repetir o módulo por ele já cursado nos 2 (dois) anos obrigatórios de permanência no programa.

Art. 22 O comparecimento às aulas ministradas por Procuradores do Município de Niterói ou professores de notório saber jurídico que satisfaçam os requisitos do credenciamento será obrigatório.

§1º Os alunos-residentes que, injustificadamente, deixarem de comparecer às aulas semanais obrigatórias receberão falta na respectiva data, independentemente da realização de qualquer outra atividade prática, bem como serão penalizados com o desconto do equivalente a 1(um) dia de trabalho na bolsa.

§2º Os atrasos ou ausências superiores a 15 minutos em cada atividade semanal serão considerados como falta, para todos os efeitos.

§3º Considera-se ausência a saída antecipada do residente da aula ou a constatação de que não está presente, mediante ausência de resposta a pergunta a ele direcionada (em caso de aula *online*) ou mediante controle exercido pelo CEJUR.

§4º As faltas às atividades teóricas poderão ser abonadas nas seguintes hipóteses:

- até 5 dias, por motivo de casamento ou celebração de união estável reconhecida em cartório;
- até 5 dias, em caso de nascimento de filho;
- até 5 dias, no luto em consequência de falecimento do cônjuge ou companheiro, do pai ou mãe, filho ou parente até 4º grau;
- por motivo de doença;
- por 1 dia, em caso de doação de sangue;
- pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer à Justiça como parte, testemunha ou jurado;
- por requisição de Procurador do Município, para atividade extraordinária;
- para o período em que for convocado para prestar serviço junto à Justiça Eleitoral;
- em caso de remarcação de aula com menos de 2 (dois) dias de antecedência;
- em caso de recesso do residente, desde que gravadas as aulas e comprovada a sua visualização em momento posterior, observado o disposto no §6º.

§5º O pedido de abono de falta deverá ser apresentado ao CEJUR, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ausência à atividade, sob pena de indeferimento sumário.

§6º Caso o residente preveja a impossibilidade de assistir às aulas em seu período de recesso remunerado, deverá consultar o CEJUR previamente a respeito da gravação das aulas, da forma e do prazo para comprovação de visualização posterior.

§7º Para fins de aproveitamento na forma do parágrafo anterior, o aluno-residente poderá assistir, no máximo, 50% do conteúdo na forma gravada, devendo assistir os demais 50% presencialmente ou ao vivo.

§8º No caso de impossibilidade extraordinária não contemplada nas hipóteses descritas no §5º, poderá o aluno-residente requerer a compensação das horas teóricas com atividades suplementares, mediante requerimento fundamentado, explicitando as razões que impossibilitaram o comparecimento à atividade.

§9º O Coordenador do CEJUR decidirá, em grau irrecorrível, os pedidos de abono de falta e de compensação.

§10 Nos casos previstos nas alíneas “a” a “f” e “h” do §4º, desde que comprovadas as situações, não haverá desconto proporcional na bolsa mensal do residente.

Art. 23 Os alunos-residentes poderão avaliar os professores em formulário sem identificação nominal, segundo os seguintes critérios:

- I - conhecimento do tema;
- II - clareza na exposição;
- III - importância dos tópicos abordados;
- IV - distribuição dos tópicos no tempo;
- V - estímulo à participação dos residentes.

§1º As avaliações serão facultativas e sigilosas, servindo apenas para o desenvolvimento do programa, sendo vedada a utilização para qualquer outro fim.

§2º Os professores terão ciência das avaliações ao término de cada módulo.

§3º As avaliações de que tratam esse artigo poderão ser disponibilizadas via formulário do Google, a fim de facilitar a participação dos residentes.

Art. 24 Os alunos-residentes que ingressarem no Programa de Residência na vigência de disciplina que contar com mais de 25% do conteúdo já ministrado estarão dispensados das aulas até a conclusão do módulo vigente, permanecendo a obrigação de comparecimento a todas as atividades práticas e estudos dirigidos.

§1º Caso o aluno-residente tenha interesse no cômputo imediato do módulo, poderá assistir presencialmente (ou ao vivo, em caso de aulas *online*) as aulas da disciplina que ainda não tiverem sido ministradas, e poderá comprovar a audiência às aulas já ministradas na modalidade *online*, desde que gravadas, mediante forma e prazo conferidos pelo CEJUR.

§2º Para fins de aproveitamento na forma do parágrafo anterior, o aluno-residente poderá assistir, no máximo, 50% do conteúdo na forma gravada, devendo assistir os demais 50% presencialmente ou ao vivo.

DO COORDENADOR DE MÓDULO

Art. 25 Cada módulo será organizado por um Coordenador, selecionado por meio de critérios objetivos estabelecidos pelo CEJUR, que terá os seguintes deveres:

- I – responsabilidade pela estruturação da ementa do módulo;
- II – auxílio ao CEJUR na seleção dos professores que se candidatarem para oferecer as aulas, em caso de empate;
- III – gerenciamento do conteúdo ofertado e do andamento da disciplina, com a cooperação do Coordenador do CEJUR;
- IV – confecção e correção das avaliações dos residentes, referentes ao módulo respectivo.

Art. 26 O Coordenador de Módulo terá preferência no cadastramento como professor no sistema da UFF (Sispós), o que lhe permitirá orientar os residentes em monografias da conclusão da Pós-Graduação.

Art. 27 O Coordenador de Módulo fará jus a uma remuneração equivalente a x horas-aula, sendo x o produto da divisão, por dois, do número de aulas do módulo. Assim, se o módulo contar com 12 aulas, o Coordenador será remunerado por 6 horas-aula; se o módulo contar com 6 aulas, o Coordenador será remunerado por 3 horas-aula; e assim por diante.

Art. 28 Ao Coordenador será assegurada pelo menos 1 (uma) aula no módulo coordenado, caso se candidate para lecionar.

Art. 29 Preferencialmente, o Coordenador deverá assumir essa função em um bloco de módulos afins pelo ramo do Direito, de acordo com critério que será definido na grade curricular da Residência divulgada pelo CEJUR.

Art. 30 Preferencialmente, o Coordenador será um Procurador da carreira, apenas sendo facultada a participação de convidado externo caso não haja nenhuma inscrição de Procurador para aquele bloco de módulos, ou caso o Procurador já tenha sido substituído na função de Coordenador 2 (duas) vezes ou mais, na forma do *caput* do art. 33.

Art. 31 Caso haja mais de um interessado à vaga de Coordenador, o CEJUR decidirá de acordo com critérios objetivos de desempate, na seguinte ordem:

- I – maior titulação na área;
- II – maior tempo de experiência docente na área do Direito, atribuindo-se peso 2 a aulas em graduação;
- III – maior titulação em qualquer área;
- IV – maior tempo de experiência docente em qualquer área do Direito, atribuindo-se peso 2 a aulas em graduação;
- V – antiguidade na carreira.

Parágrafo único. Não será admitido como Coordenador de Módulo o Procurador que já tenha sido substituído nessa função por 2 (duas) vezes ou mais, consoante o disposto no *caput* do art. 33.

Art. 32 A cada encerramento do ciclo de matérias que compõem a grade curricular da Residência, será facultada a alternância dos Coordenadores, com nova abertura do processo seletivo pelo CEJUR.

Parágrafo único Será permitida a permanência do Coordenador antigo, caso:

- I – não socorram interessados, ou socorram interessados mas, pelos critérios de desempate, o antigo Coordenador seja mais qualificado; e
- II – a avaliação dos módulos coordenados, realizada pelos residentes, seja igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 33 O Coordenador do CEJUR poderá, com a homologação do Procurador Geral, substituir o Coordenador do módulo, caso verifique que ele está reiteradamente descumprindo seus deveres, estipulados no art. 25, caso em que a substituição será permanente para todo o bloco de módulos.

§1º Em caso de licença ou afastamento por período superior a 30 (trinta) dias, haverá a substituição provisória do Coordenador do módulo.

§2º Em caso de férias, o Coordenador do módulo poderá solicitar a sua substituição temporária ao Coordenador do CEJUR, ficando seu deferimento condicionado à existência de algum interessado; caso não socorram interessados, o Coordenador continuará obrigado por todas as suas responsabilidades no período.

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROFESSORES

Art. 34 As aulas semanais serão ministradas, preferencialmente, por Procuradores do Município de Niterói e professores credenciados pela Universidade Federal Fluminense – UFF, ressalvado o disposto no §2º.

§1º No caso de ausência de Procuradores e Professores da UFF aptos e/ou interessados a ministrarem aula sobre o tema selecionado, o Coordenador do Centro de Estudos convidará professores externos, com notório saber jurídico.

§2º Em todo módulo, 1 (uma) aula será preferencialmente reservada a convidados externos, com notório saber jurídico na área, selecionados pelo Coordenador do CEJUR em conjunto com o Coordenador do Módulo, a fim de conferir maior consistência acadêmica e/ou profissional ao programa.

Art. 35 Para fins de cumprimento das obrigações previstas no acordo de cooperação técnica nº 16/2018, ficam reservadas 50% de vagas aos docentes credenciados pela Universidade Federal Fluminenses – UFF, nos módulos realizados pelo CEJUR.

Parágrafo único Caso não haja docente da UFF cadastrado e/ou interessado em lecionar a disciplina, as vagas serão remanejadas de acordo com o critério geral, dando-se preferência aos Procuradores de Município e, subsidiariamente, convidando-se professores externos.

Art. 36 Os temas relativos a cada módulo serão divulgados aos Procuradores do Município e aos professores credenciados da UFF com antecedência mínima de 7 (sete) dias do início da primeira aula, através de comunicação encaminhada pelo CEJUR pelo e-mail funcional.

§1º Os Procuradores e Professores que tiverem interesse em ministrar determinado tema deverão se manifestar, no prazo estipulado, através de resposta ao e-mail, destinada ao Coordenador do CEJUR, indicando as disciplinas que pretendem ministrar, com o preenchimento do formulário enviado.

§2º Não haverá limite de temas para a inscrição referida no parágrafo anterior.

§3º Na hipótese de haver mais de um Procurador ou Professor interessado em ministrar determinado tema, caberá ao Coordenador do CEJUR, em conjunto com o Coordenador do Módulo, definir a questão, segundo os seguintes critérios, sucessivamente:

I – preferência do Coordenador do Módulo, com relação a 1 (uma) aula;

II – preferência do Professor credenciado da UFF, dentro das vagas a eles reservadas;

III – prevalência daquele que tiver o menor número de aulas já garantidas no módulo em que se pretende a inscrição;

IV – consenso entre os envolvidos;

V – melhor média histórica de avaliação no Programa de Residência, de acordo com as avaliações dos residentes;

VI – menor número de remarcações ou faltas no último ano;

VII – preferência dos procuradores lotados na Especializada que tenha maior correlação com o tema da aula;

VIII – prevalência daquele que tiver diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado, relacionado ao tema proposto;

IX – prevalência daquele que tiver diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado, relacionado ao tema proposto;

X – prevalência daquele que tiver certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas-aula, relacionado ao tema proposto;

XI – antiguidade na carreira de Procurador do Município.

§ 4º Caso subsistam vagas após a convocação, o Coordenador do Centro de Estudos dará preferência, sucessivamente:

I – aos Procuradores que demonstraram interesse depois de expirado o prazo de convocação;

II – a Professores externos.

Art. 37 Os professores serão remunerados por hora-aula ministrada, exclusivamente com recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói – FEPPGM-Nit, criado pela Lei nº 3.047/2013.

Art. 38 Os professores se obrigarão a ministrar as aulas nas datas e horários combinados, sendo permitida a remarcação apenas em casos excepcionais, devidamente justificados ao Coordenador do CEJUR, preferencialmente com antecedência mínima de 10 dias.

§1º Caso não seja possível a remarcação por falta de agenda do professor ou caso a remarcação prejudique o cronograma do módulo, o Coordenador do CEJUR poderá convidar outro professor para ministrar a aula, inclusive professor externo.

§2º As remarcações deverão ser feitas preferencialmente às quartas-feiras, das 14h às 17h.

DA AVALIAÇÃO FINAL DE DISCIPLINA

Art. 39 O aluno residente será avaliado ao final de cada disciplina acerca do conhecimento ministrado através de prova dissertativa, trabalho ou aferição oral promovida pelo Coordenador do Módulo.

§1º A data da avaliação final de disciplina e de eventual 2ª chamada constarão do cronograma previamente divulgado ao Residente.

§2º O residente jurídico que não realizar a aferição nas datas fixadas ficará automaticamente reprovado.

§3º Verificada cola ou plágio, será atribuída nota 0,0 (zero) ao residente na avaliação, cabendo ao coordenador o encaminhamento ao CEJUR, que poderá iniciar *ex officio* o processo de desligamento previsto no art. 53 do presente regulamento.

§4º A critério do Coordenador do Módulo, parte da nota poderá ser composta por participação nas aulas ou por trabalhos complementares, o que será informado aos residentes no início do módulo.

Art. 40 O residente jurídico poderá oferecer recurso escrito destinado conjuntamente ao Coordenador do Módulo e ao Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, quanto ao grau aferido na avaliação final da disciplina, que responderá de forma fundamentada, em grau irrecurável.

DA REPROVAÇÃO E DO DESLIGAMENTO POR INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO NAS ATIVIDADES TEÓRICAS

Art. 41 Os residentes que obtiverem frequência inferior a 75% do módulo de aulas, bem como obtiverem grau inferior a 6,0 (seis) na avaliação final da disciplina serão considerados reprovados.

§1º Ao final de cada módulo, o CEJUR divulgará a frequência das aulas teóricas e as notas finais da avaliação.

§2º Não será admitida a interposição de recurso em face da reprovação por nota, considerando-se a oportunidade já ofertada de recurso em face da nota da avaliação, conforme art. 40.

Art. 42 Caso se verifique o não atingimento da frequência mínima, os alunos residentes serão imediatamente notificados da reprovação na disciplina, facultando-lhes a interposição de recurso com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência da reprovação.

Parágrafo único O recurso contra a reprovação será julgado pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município, após parecer do Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos.

DO ESTUDO DIRIGIDO



Art. 43 Os residentes serão designados, segundo escala previamente divulgada, para conduzir o Estudo Dirigido, sob a supervisão de Procurador do Município, acerca de tema inerente à advocacia pública, sendo obrigatória a presença dos demais residentes da respectiva Procuradoria Especializada.

§1º Os estudos dirigidos serão obrigatórios e semanais, a eles se aplicando, no que couber, o disposto no art. 22 do presente regulamento.

§2º Compete aos Procuradores-Chefes coordenar os temas e definir escala dos estudos dirigidos no âmbito da respectiva Especializada, cabendo, no caso de estudo dirigido conjunto envolvendo mais de uma Especializada, a definição em consenso pelos chefes envolvidos.

§3º Os requerimentos de abono de faltas e compensação de atividade relativos aos estudos dirigidos serão decididos pelos respectivos Procuradores-Chefes, cabendo recurso da decisão de indeferimento ao Coordenador do CEJUR.

§4º Os residentes jurídicos que injustificadamente se ausentarem do estudo dirigido serão penalizados com o desconto do equivalente a 1(um) dia de trabalho na bolsa.

§5º O controle da frequência nos estudos dirigidos ficará sob a supervisão do Procurador-Chefe, que deverá ao final do mês encaminhar ao CEJUR os relatórios dos estudos realizados e lista de frequência mensal das atividades.

§6º O residente que se ausentar injustificadamente de mais de 75% dos estudos dirigidos mensais da sua Especializada terá 1,0 ponto descontado da avaliação mensal a que se refere o art. 51.

Art. 44 O aluno-residente condutor do estudo deverá elaborar relatório sintético, no prazo de 3 (três) dias úteis, para a chancela do Procurador Supervisor, que conterá:

I - identificação do Residente e do Procurador Supervisor;

II - data e local do Estudo Dirigido;

III - tema proposto;

IV - relatório sintético da exposição e dos debates;

V - lista de residentes presentes com a respectiva assinatura.

§1º O relatório será chancelado pelo Procurador Supervisor, que poderá emitir observações que entender pertinentes, e o encaminhará ao Procurador Chefe da sua respectiva Especializada, para posterior envio ao CEJUR, ao final do mês.

§2º O descumprimento do prazo assinalado no *caput* importará na perda automática de 1,0 ponto na avaliação mensal do residente, a que se refere o art. 51, acrescido, sucessivamente, de 0,5 (meio ponto) a cada reincidência.

Art. 45 As Chefias deverão organizar os Estudos Dirigidos de modo que haja um revezamento entre os Procuradores Supervisores e os residentes condutores, e de forma a permitir que cada residente conduza pelo menos um Estudo Dirigido a cada semestre.

§1º O Estudo Dirigido conduzido pelo residente valerá como atividade complementar para o residente, de acordo com o Regulamento da UFF.

§2º A critério da Especializada, os estudos dirigidos poderão ser feitos presencialmente ou *online*, via *Zoom*, *Google Meet*, *Microsoft Teams* ou outra plataforma similar que permita a interação ao vivo entre os residentes e Procuradores, dando-se preferência à modalidade *online* em períodos de pandemia ou ameaça à saúde pública.

§3º Em caso de estudo dirigido na modalidade *online*, os residentes deverão deixar a câmera preferencialmente ligada, sendo obrigatória a abertura da câmera para o residente condutor e para o Procurador supervisor.

§4º Os Estudos Dirigidos deverão ter duração mínima de 2 (duas) horas.

DAS ATIVIDADES TEÓRICAS SUPLEMENTARES

Art. 46 As atividades teóricas do Programa de Residência Jurídica poderão ser suplementadas por atividades externas devidamente chanceladas pelo Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município de Niterói.

Art. 47 Não serão consideradas atividades suplementares para fins de compensação de faltas:

I - aulas referentes a cursos preparatórios para concursos públicos;

II - carga horária referente a cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado;

III - palestras temáticas e produções acadêmicas não chanceladas pelo CEJUR;

IV - aulas referentes a outros cursos de residência jurídica.

Parágrafo único O aluno-residente que pretender a compensação de disciplinas deverá requerer ao CEJUR, quando a disciplina for ministrada pela Procuradoria, e à UFF, quando a disciplina for ministrada pela Universidade.

Capítulo VI - DA MONOGRAFIA

Art. 48 Após a conclusão das disciplinas regulares, o residente jurídico apresentará monografia sobre tema afeto à Advocacia Pública a ser elaborado sob a supervisão de docente cadastrado junto à Universidade Federal Fluminense (UFF), conforme orientações dessa Universidade.

§1º A monografia obedecerá às normas estruturais da ABNT e aos padrões estabelecidos em regulamentos expedidos pela Universidade Federal Fluminense.

§3º A composição da Banca atenderá às especificações da UFF, contendo prioritariamente a participação de um Procurador do Município, que poderá, inclusive, figurar como coorientador caso não esteja cadastrado na UFF e não possa servir como orientador principal.

§3º O aluno-residente somente terá expedição do certificado de conclusão da residência após a aprovação de sua monografia.

Art. 49 O cronograma para a escolha do Orientador e do tema e para a apresentação da monografia será fixado pela UFF, devendo ser obrigatoriamente observado pelo aluno-residente, sob pena de não obtenção do certificado de conclusão.

Capítulo VII - DA AVALIAÇÃO DO PROCURADOR SUPERVISOR

Art. 50 Cada residente terá, como supervisor, um Procurador do Município designado pelo Chefe da Especializada para o qual for alocado.

§1º O Chefe da Especializada poderá, se preferir, concentrar a supervisão de todos os residentes ali alocados.

§2º Em caso de mudança de Especializada pelo residente, haverá a mudança do Procurador Supervisor, que será escolhido pelo Chefe da nova Especializada.

Art. 51 Sem prejuízo da frequência obrigatória às atividades teóricas, o residente será avaliado pelo seu desempenho nas atividades práticas conforme os seguintes critérios:

I - participação;

II - iniciativa;

III - capacidade de aprendizado;

IV - aceitação de responsabilidades;

V - pontualidade e frequência;

VI - cumprimento das normas internas;
VII - relacionamento com os seus superiores;
VIII - relacionamento com os colegas.

§1º O Procurador Supervisor avaliará o residente, em cada um dos critérios listados, atribuindo o grau de:

I - Muito bom (MB), correspondendo a 1,25 ponto;
II - Bom (B), correspondendo a 1,00 ponto;
III - Regular (R), correspondendo a 0,5 ponto;
IV - Insatisfatório (I), correspondendo a 0 (zero) ponto.

§2º Fica facultado ao Procurador Supervisor fazer apontamentos e observações sobre o desempenho do Residente, sendo obrigatória a justificativa no caso de atribuição de grau regular ou insatisfatório a qualquer um dos critérios.

§3º Será concedida vista dos relatórios ao residente, pelo CEJUR, sempre que o Procurador Supervisor efetuar observações sobre o seu desempenho.

Art. 52 O residente que obtiver, em uma avaliação mensal, grau inferior a 4,0 (quatro) e, em três avaliações consecutivas, graus inferiores a 6,0 (seis), será desligado do Programa.

Parágrafo único: Na hipótese prevista no *caput*, será garantida vista aos relatórios de avaliação e a possibilidade de apresentação de defesa prévia escrita, observando-se, quanto ao procedimento, o disposto no art. 54 do presente regulamento.

Capítulo VIII - DO DESLIGAMENTO

Art. 53 Serão desligados do Programa os alunos-residentes que:

I – obtiverem 2 (duas) reprovações em disciplinas ministradas, na forma do art. 41 do presente regulamento;
II – apresentarem 4 (quatro) ou mais faltas não justificadas em um mês civil;
III – tiverem desempenho insuficiente, na forma do art. 52;
IV - tiverem conduta ou praticarem ato incompatível com o zelo e a disciplina, declarada por escrito pelo Procurador Supervisor ou pelo Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos;
V - tiverem conduta ou procedimento irregular incompatível com o decoro e com a dignidade, ou apresentarem insubordinação grave nas atividades, declarados por escrito pelo Procurador Supervisor ou pelo Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos;
VI - descumprirem o presente Regulamento e as demais normas que lhes sejam aplicáveis.

Parágrafo único Tendo ciência da possibilidade de cometimento de infração grave prevista nos incisos IV e V, o Coordenador do CEJUR poderá determinar, *ex officio* ou a requerimento de qualquer Procurador do Município, o afastamento preventivo do Residente de toda ou parte das atividades do Programa de Residência Jurídica, sendo garantido o recebimento da bolsa auxílio até decisão final do processo de desligamento com a garantia do contraditório e ampla defesa.

Art. 54 Em todas as hipóteses previstas no artigo anterior, o residente será previamente notificado, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa escrita, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação.

§1º A defesa prévia apresentada pelo Residente será endereçada ao Procurador Geral, mediante protocolo na sede da Procuradoria Geral do Município, com as razões de fato e de direito que sustentam o pedido de modificação da avaliação atribuída.

§2º O Procurador Geral designará relator, dentre os membros do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município, que, sucessivamente, dará ciência da defesa apresentada ao Procurador Supervisor para manifestação sobre as alegações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e ao Coordenador do CEJUR, para emitir parecer sobre a questão, sem prejuízo de outras diligências que entender necessárias ao deslinde da questão.

§3º Nas hipóteses de avaliação negativa que não enseje o desligamento automático do Residente, o relator poderá, se entender que na defesa apresentada há elementos suficientes para seu convencimento, dispensar as notificações previstas no §2º deste artigo e decidir de plano a questão.

§4º Em face da decisão do relator caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo Residente Jurídico e/ou pelo Procurador Supervisor, que será julgado pelo colegiado.

§5º Caso o relator não entenda pelo julgamento antecipado, o processo será julgado pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município, que, no caso de desligamento, terá efeito imediato a partir da publicação no veículo de imprensa oficial do Município.

§6º Caso se entenda pela procedência da defesa apresentada, o processo será remetido ao Procurador Geral, que poderá, na hipótese do art. 53, III, designar outro Procurador do Município para avaliar o Residente ou conferir diretamente a avaliação, conforme sua convicção, ou, ainda, na hipótese dos incisos IV e V do artigo 53, determinar o aproveitamento do residente sob a supervisão de outro Procurador.

§7º Em qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior, o Procurador Geral deverá comunicar a decisão ao CEJUR, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Capítulo IX - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55 Ficam estabelecidos os formulários de Avaliação do Residente e a Ata de Estudo Dirigido, conforme Anexos I e II do presente regulamento.

Art. 56 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Procurador Geral do Município, ouvido o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município e o Coordenador do CEJUR.

Art. 57 As funções atribuídas pelo presente regulamento ao Procurador Geral do Município poderão ser desempenhadas pelo Subprocurador Geral do Município, por delegação e/ou no caso de impedimento e afastamento.

Art. 58 Ficam revogadas a Resolução PGM nº 05, de 18 de março de 2016, que regulamenta de Atividades Teóricas do Programa de Residência Jurídica da Procuradoria Geral do Município de Niterói, a Resolução PGM nº 14, de 08 de maio de 2017, que consolida e atualiza as normas que regulamentam o Programa de Residência Jurídica da Procuradoria do Município de Niterói, e demais disposições em contrário.

Art. 59 Esta resolução entra em vigor na data da publicação.



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI

ATA DE REUNIÃO DE ESTUDO DIRIGIDO

ANEXO I

Data: _____ Especializada: _____

Procurador Coordenador: _____

Residente: _____

Tema: _____

Síntese:

Observações do Coordenador:

Residentes presentes:

Niterói, ____ de ____ de 20 ____

Residente Jurídico

Procurador do Município

ANEXO II

Avaliação de Residente Jurídico

Ficha de Avaliação de Desempenho do Residente

Nome do Residente: _____

Especializada: _____

Procurador Supervisor: _____

Período de Referência: _____

Grau de Desempenho: MB= Muito Bom (1,25) B= Bom (1) R= Regular (0,5) I= Insatisfatório (0)

Fatores de Desempenho	Qualidade de Trabalho	MB	B	R	I
	Participação				
	Iniciativa				
	Capacidade de Aprendizagem				
	Aceitação de Responsabilidades				
	Pontualidade e Frequência				
	Cumprimento das Normas Internas				
	Relacionamento com os Superiores				
	Relacionamento com os Colegas				

Observações (obs.: obrigatório quando atribuir grau regular ou insatisfatório)

Niterói, ____ de ____ de 20 ____

Assinatura e carimbo do Procurador Supervisor

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria FMS/FGA nº 396/2022

Considerando a diversidade de situações a serem enfrentadas no dia a dia de uma Unidade de Saúde Pública; suas necessidades de disporem de verba para efetuar serviços de manutenção preventiva e corretiva em seus equipamentos, edificações e instalações e efetuar serviços de manutenção preventiva e corretiva em seus equipamentos, edificações e instalações e efetuar compra de materiais em caráter excepcional, bem como de natureza específica e, a necessidade de garantir desta forma a continuidade nas atividades das Unidades de Saúde Pública de Niterói;

O Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir linha de crédito, através de repasse de verba oriunda do SUS, com finalidade de suprir as necessidades do Hospital Municipal Carlos Tortelly, do Hospital Psiquiátrico Jurujuba, do Hospital Orêncio de Freitas, da Maternidade Alzira Reis, da Policlínica Comunitária do Largo da Batalha, da Policlínica Comunitária da Engenhoca, Unidade Municipal de Urgência Doutor Mário Monteiro, Policlínica Almir Madeira, Policlínica Comunitária de Jurujuba, Policlínica de Especialidades em Atenção a Saúde da Mulher – Malú Sampaio, Policlínica de Especialidades Sylvio Picanço, Policlínica Regional de Itaipu – Assistente Social Maria Aparecida da Costa, Policlínica Regional de Piratininga – Dom Luiz Orione, Policlínica Regional do Barreto – Dr. João da Silva Vizella, Policlínica Regional do Fonseca – Dr. Guilherme Taylor

March, Policlínica Regional Dr. Carlos Antônio da Silva, Policlínica Regional Dr. Sérgio Arouca e Laboratório Migueloti Viana.

Art. 2º Consiste a linha de crédito em repasse com abertura de conta corrente em agência do Banco do Brasil S/A ou outra agência em que a Fundação Municipal de Saúde de Niterói já tenha conta, em nome da Unidade de Saúde beneficiada, em que serão responsáveis, em conjunto, pela gestão do crédito, o Diretor e o Chefe de Administração da mesma, que responderão interna e externamente à FMS por qualquer infração legal.

Art. 3º São atribuições dos gestores nas unidades:

I – Gerir crédito e estabelecer a política de aplicação dos seus recursos;

II – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das despesas;

III – Elaborar as demonstrações mensais de receita e despesa sob a forma de balancete e encaminha-los à Superintendência Financeira;

Art. 4º O valor do repasse para as Unidades de Saúde de que trata a presente Portaria será fixado a partir da determinação da Presidência da FMS.

Art. 5º Os repasses subsequentes serão efetuados conforme o plano de aplicação apresentado e de acordo com a disponibilidade financeira.

Art. 6º Por ocasião do repasse, a linha de crédito será empenhada nos códigos de despesa correspondente ao Material de Consumo (3390.30) e Pessoa Jurídica (3390.39), de acordo com o plano de aplicação elaborado pela Unidade.

Art. 7º É vedada a aquisição de bens patrimoniais de qualquer espécie.

Art. 8º - Os responsáveis pela linha de crédito das unidades referidas deverão encaminhar mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente, o balancete, juntamente com o extrato bancário, os documentos de despesas com as devidas liquidações e comprovantes de pagamento, inclusive cópia dos cheques, bem como a perfeita e devida identificação do credor.

§ 1º - As notas fiscais recebidas e outros comprovantes de despesas serão expedidos em nome da Unidade de Saúde e serão pagos através de cheque nominal, os comprovantes deverão ser atestados por 02 (dois) servidores, informando que o material foi recebido ou o serviço prestado, não sendo esta atestação permitida aos responsáveis pela linha de crédito da unidade titulares da conta.

§ 2º - A unidade será responsabilizada com a suspensão do repasse quando exceder ao prazo de 60 (sessenta) dias da não apresentação do balancete mensal.

Art. 9º - Todas as aquisições de bens ou serviços serão precedidas de consulta ao Deptº de Administração – DEAD/SUAD/FMS, para verificação da disponibilidade do material no Almoxarifado Central ou processo licitatório em andamento, vinculada a utilização dos recursos, somente para garantir e suprir necessidades específicas das Unidades de Saúde, situações emergenciais, manutenção de equipamentos e instalações.

Art. 10 - É vedada o fracionamento de despesa para a aquisição de insumos ou serviços, contrariando a Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 11 - É vedada às Unidades de Saúde a assinatura de contratos de quaisquer naturezas.

Art. 12 - Caberá à Superintendência Financeira e Unidade de Controle Interno, analisar as prestações de contas, devendo, em caso de irregularidade, encaminhar parecer à unidade gestora para que a mesma seja sanada; ou às autoridades superiores para a aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 13 - A Superintendência Financeira exercerá supervisão periódica, podendo, inclusive, efetuar auditoria em casos especiais objetivando o controle da aplicação dos recursos, bem como:

I – Da legalidade e regularidade dos atos de que resultem a realização das despesas;

II – Da responsabilidade daqueles que de qualquer modo, efetuem despesas, administrem ou guardem bens e valores públicos.

Art. 14 - Ao término de cada exercício financeiro, no antepenúltimo dia útil, o saldo existente na conta corrente bancária correspondente à linha de crédito concedida será revertido à conta da Fundação Municipal de Saúde para a devida contabilização.

Art. 15 - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 16 Ficam expressamente revogadas as Portarias nº 167/1995, nº 75/1997, nº 146/2006, nº 166/2010 e nº 95/2012.

Portaria FMS/FGA nº 397/2022

Art. 1º - Indicar o Gestor e Fiscais responsáveis pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, do contrato emergencial nº 74/2021, Processo nº 200/10803/2021, cujo objeto é a aquisição de fórmulas lácteas para os recém-nascidos, firmados entre a **FMS** e a **TNC GAN TERAPIA NUTRICIONAL E COMÉRCIO LTDA.**

Gestora: ADRIANA CERSOSIMO – Diretora Geral da MMARVF – Mat.436.446;

Fiscais: JOÃO CARLOS F. X. JUNIOR – Administrador da MMARVF – Mat.437.508;

JOSELI GALVÃO SARZEDAS – Nutricionista – Mat.433.955.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições contrárias.

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo, na forma da lei, a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2022 e processo, Administrativo n.º 200/11004/2021 com base no inciso II do artigo 24 da Lei n.º 8.666 adjudicando a aquisição de Smart TVs e suporte, por estarem preenchidos todos os requisitos legais autorizadores, a fim de que seja realizada a contratação da **RTS23 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o n.º 32.696.803/0001-19 localizada na Rua Padre Anchieta, nº94 – Fundos – São Domingos - Niterói - RJ, C E P : 2 4 . 2 1 0 - 0 5 0 no valor de R\$ R\$15.522,00 (quinze mil quinhentos e vinte e dois reais).

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos termos do artigo 26, caput, da Lei n.º 8.666, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 03/2022, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93 e no Processo Administrativo n.º 200/8455/2021, por estarem preenchidos todos os requisitos legais autorizadores, a fim de que seja realizada a contratação da **VECTOR CONTROL COMERCIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.072.887/0001-51, pelo valor total estimado de R\$ 166.020,00 (cento e sessenta e seis mil e vinte reais), com vistas à aquisição emergencial de soluções injetáveis de grandes volumes e eletrólitos, a fim de suprir as necessidades da Rede Municipal de Saúde.

EXTRATO N.º 32/2022

INSTRUMENTO: Termo Aditivo n.º 13/2022; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; **PARTES QUE ASSINARAM O INSTRUMENTO:** Rodrigo Alves Torres Oliveira e Roberto de Souza Dias; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a renovação do prazo de vigência do Contrato n.º 03/2021, com fundamento no art. 57, inciso II e na Cláusula Segunda, que tem por objeto a prestação de seguro de veículo da frota da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, com as seguintes especificações:

N.º	TIPO	MODELO	ANO	CHASSI	PLACA	RENAVAN
1	CAMINHONETE/ AMBULÂNCIA	CHEVROLET – MONTANA – RAYTEC AMBULÂNCIA	2020/2021	9BGCA8030 MB160178	RIV2B46	01247300983

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura; **VALOR:** Sem alteração de valor; **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.302.0133.6155, Código de Despesa n.º 33.90.39.00, Fonte n.º 227, Nota de Empenho 000040/2022; **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o Processo Administrativo n.º 200/1290/2021; **DATA DE ASSINATURA:** 08 de fevereiro de 2022

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO: 200000358/2022 - RENOVAÇÃO DE REDUÇÃO DE CARGA

HORÁRIA - GERLÚCIA DOS SANTOS POBLAN - **DEFERIDO**

PROCESSO: 200000343/2022 - READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO - ALMIR FLORENCE DE MOURA – **DEFERIDO**

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE

PORTARIA DAF Nº. 007/2022

O Diretor de Administração e Finanças da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei n.º 3.133/2015 e pelo Decreto n.º 14.107/2021 pub. em 07/08/2021, e considerando a necessidade de formalização da designação para a função de fiscal de contrato e Suplente de acordo com a natureza do contrato e sua execução, resolve:

Art. 1º. Designar os empregados públicos abaixo para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do processo administrativo nº 720000166/2021, Contrato nº 005/2022, cujo objeto é a locação de imóvel para recepção dos candidatos aprovados no Concurso Público da FeSaúde:

Fiscais do Contrato:

ERINALDO SILVA RIBEIRO- Gerente de Logística e Manutenção - Matrícula: 1056-1

ANDRÉ JESUS DE OLIVEIRA - Assistente de Logística - Matrícula: 1052-9

Suplente:

FERNANDA BORBA RODRIGUES SOARES-Gerente de Administração-Matrícula: 1081-2

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO N.º: 009/2022

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo do Contrato FeSaúde n.º 006/2020;

PARTES: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e TOTAL SISTEMAS DO BRASIL LTDA EPP; **OBJETO:** Prorrogação do prazo da prestação de serviços de desenvolvimento de sítio/portal eletrônico; **PRAZO:** 9 (nove) meses, a contar de 11 de fevereiro de 2022; **VALOR:** O valor total estimado do termo aditivo é de R\$ 43.063,92 (quarenta e três mil sessenta e três reais e noventa e dois centavos); **VERBA:** Natureza das Despesas: 4.2.1.007.0008 – Serviços com desenvolvimento de site; **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666, de 1993, bem como o processo administrativo n.º 720/016/2020; **ASSINATURA:** 10 de fevereiro de 2022.

NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – NELTUR

PORTARIA Nº15/2022

O Diretor Presidente da Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A - NELTUR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **resolve:**

PRORROGAR, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância nº 500000086/2022, instaurado pela portaria nº 11/2022.

NITERÓI, TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A – NITTRANS

PORT. n.º 005/2022 - Exonerar, a contar de 09 de fevereiro de 2022, **FRANCISCO HELIO DOS SANTOS**, do cargo isolado, de provimento em comissão, Chefe de Serviço de Sinalização Horizontal, da Divisão de Sinalização, da Diretoria de Planejamento de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Viária, da Niterói Transporte e Trânsito S.A. - NITTRANS.

PORT. n.º 006/2022 - Nomear, a contar de 10 de fevereiro de 2022, **JORGE LUIZ ANTUNES DA SILVA**, do cargo isolado, de provimento em comissão, Chefe de Serviço de Sinalização Horizontal, da Divisão de Sinalização, da Diretoria de Planejamento de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Viária, da Niterói Transporte e Trânsito S.A. - NITTRANS, em vaga decorrente da exoneração de Francisco Helio dos Santos.